MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10480.030130/99-24

Recurso nº.: 124.977

Matéria: IRPF - EX.: 1997

Recorrente : DORIVAL MORAIS FERREIRA

Recorrida : DRJ em RECIFE - PE Sessão de : 21 DE JUNHO DE 2001

Acórdão nº. : 102-44.883

IRPF – IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – COMPENSAÇÃO – Já tendo sido admitido pela autoridade julgadora singular a compensação do Imposto de Renda Retido na Fonte, e tendo o recorrente novamente pleiteado tal compensação, lhe falta no presente recurso "a causa de pedir", tornando-o, portanto, inepto.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DORIVAL MORAIS FERREIRA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DE FREITAS DUTRA

PRESIDENTE

VALMIR SANDRI

RELATOR

FORMALIZADO EM: 27 JUI 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros AMAURY MACIEL, NAURY FRAGOSO TANAKA, LEONARDO MUSSI DA SILVA, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO e LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES. Ausente, justificadamente, a Conselheira, MARIA GORETTI DE BULHÕES CARVALHO.



Processo nº.: 10480.030130/99-24

Acórdão nº.: 102-44.883 Recurso nº.: 124.977

Recorrente : DORIVAL MORAIS FERREIRA

RELATÓRIO

Trata o presente recurso do inconformismo do contribuinte, contra decisão da autoridade julgadora de primeira instância, que julgou procedente em parte a notificação de lançamento de fl. 09, por omissão de rendimentos, glosa de despesas médicas e de Imposto de Renda Retido na Fonte, relativo ao anocalendário de 1996 – exercício de 1997.

Intimado da notificação de lançamento, impugna-a à fl. 01/03, alegando que o lançamento relativo a omissão de rendimentos e a glosa de despesas médicas estão corretos, insurge-se, portanto, apenas em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte.

À vista de sua impugnação, a autoridade julgadora singular, julgou procedente o lançamento relativo a omissão de rendimentos e a glosa de despesas médicas, e revisou o lançamento relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte. para considerar o valor efetivamente comprovado (fls. 82/86).

Intimado do decisão da autoridade julgadora quo, tempestivamente recorre para esse E. Conselho de Contribuintes (fls. 93/102), insurgindo-se da decisão a quo, por entender que aquela autoridade não lhe autorizou a compensação do total do Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os lucros que lhe foram distribuídos pela Sociedade Civil Prevencor.

Por fim, solicita a improcedência do lançamento suplementar.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10480.030130/99-24

Acórdão nº.: 102-44.883

VOTO

Conselheiro VALMIR SANDRI, Relator

O recurso é tempestivo. Dele, portanto, tomo conhecimento não havendo preliminar a ser analisada.

No mérito, o que se discute é o inconformismo do contribuinte em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte pela empresa Prevencor Ltda., que entende não aproveitado pela decisão singular.

À vista do que consta dos autos e da decisão recorrida, entendo que não merece prosperar o inconformismo do recorrente contra aquela decisão.

Isto porque, quando do julgamento da impugnação proposta pelo recorrente, a autoridade administrativa singular já lhe concedeu a matéria ali argüida, ou seja, a compensação do Imposto de Renda Retido na Fonte pela Sociedade Civil Prevencor Ltda., o que ora, novamente solicita em grau de recurso, o que leva a crer, que sua real intenção é apenas procrastinar o pagamento do crédito tributário, de vez que lhe falta no presente recurso, a "causa de pedir", tornando-o, portanto, seu recurso inepto, à luz do art. 282, c/c o art. 295, inciso I do CPC.

Isto posto, voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 21 de junho de 2001.